

Parágrafo único. Não havendo vagas na mesma sede, o cônjuge de lotação ou designação ulterior permanecerá à disposição da unidade operacional onde estiver lotado o outro, até se compatibilizarem, via remoção ou promoção, as lotações ou designações de ambos.

Art. 46. O quadro de lotações do Auditor de Finanças do Estado por unidade operacional será definido por ato do Secretário de Estado da Fazenda.

CAPÍTULO X
DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 47. O estágio probatório corresponderá ao período inicial de 3 (três) anos de exercício do Auditor de Finanças do Estado no cargo, durante o qual será apurada a conveniência ou não de sua confirmação na carreira, mediante a verificação dos seguintes requisitos básicos:

- I - idoneidade moral;
- II - disciplina;
- III - assiduidade;
- IV - dedicação ao serviço;
- V - eficiência no desempenho das funções inerentes ao cargo;
- VI - capacidade de adaptação ao exercício das funções que lhe são pertinentes.

Parágrafo único. Fica vedada a cedência no período em que o Auditor de Finanças do Estado estiver cumprindo o estágio probatório.

Art. 48. Será competente, para apurar a conveniência ou não da confirmação de que trata o artigo anterior, o Conselho Superior.

Art. 49. O cumprimento dos requisitos pelo Auditor de Finanças do Estado em estágio probatório será apurado mediante a apreciação das informações prestadas em boletins semestrais preenchidos pela respectiva chefia, complementadas, se for o caso, por diligências promovidas por determinação do Conselho Superior, o qual, 90 (noventa) dias antes da conclusão do estágio, providenciará a emissão de parecer detalhado sobre o desempenho do Auditor de Finanças do Estado em estágio probatório, em relação a cada um dos requisitos, opinando quanto à sua confirmação, ou não.

§ 1.º Do parecer, se contrário à confirmação, será dada vista dos autos ao Auditor de Finanças do Estado em estágio probatório, cabendo recurso ao Secretário de Estado da Fazenda no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 2.º Julgando o parecer e a defesa oferecida, se houver, o Secretário de Estado da Fazenda, se considerar aconselhável, encaminhará a exoneração do Auditor de Finanças do Estado em estágio probatório.

§ 3.º Se o despacho do Secretário de Estado da Fazenda concluir pela permanência do Auditor de Finanças do Estado em estágio probatório, a confirmação não dependerá de novo ato, exceto a ciência ao interessado.

§ 4.º A conclusão pela confirmação ou não do Auditor de Finanças do Estado em estágio probatório deverá processar-se de modo que a exoneração, se ocorrer, ultime-se antes de findo o período de estágio.

§ 5.º Fica vedado ao Auditor de Finanças do Estado em estágio probatório o exercício de função gratificada.

Art. 50. O funcionário estável no serviço público estadual, que tenha se exonerado em razão de sua investidura em estágio probatório no cargo de Auditor de Finanças do Estado, retornará de imediato ao cargo anterior ou ficará em disponibilidade, se vier a ser exonerado na forma do artigo anterior.

CAPÍTULO XI
DA PROMOÇÃO

Art. 51. O provimento de cargos nas classes da carreira de Auditor de Finanças do Estado seguintes à inicial far-se-á em virtude de promoção.

Art. 52. As promoções obedecerão aos critérios de merecimento e de antiguidade na classe, alternadamente.

Parágrafo único. O ato de promoção mencionará o critério a que ela obedeceu, para os devidos efeitos.

Art. 53. A antiguidade será determinada pelo tempo de efetivo exercício do Auditor de Finanças do Estado na classe.

- § 1.º Ocorrendo empate na classificação por antiguidade, terá preferência sucessivamente:
- I - o que tiver mais tempo de serviço na carreira;
 - II - o que tiver mais tempo de serviço público estadual;
 - III - o que tiver mais tempo de serviço público;
 - IV - o que tiver maior número de filhos dependentes;
 - V - o que for casado;
 - VI - o que for mais idoso.

§ 2.º Para efeitos de antiguidade, o tempo de exercício na classe será apurado em dias.

§ 3.º Da classificação por antiguidade caberá recurso ao Secretário de Estado da Fazenda, formulado no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da publicação no Diário Oficial do Estado da lista dos concorrentes com a respectiva classificação.

Art. 54. O Auditor de Finanças do Estado em exercício de cargo, função ou atividade em órgão não subordinado à Secretaria da Fazenda, ou de mandato eletivo, somente concorrerá à promoção por antiguidade.

Art. 55. Somente concorrerá à promoção o Auditor de Finanças do Estado que tenha interstício de 2 (dois) anos de efetivo exercício na classe.

- § 1.º Será dispensado o interstício previsto neste artigo quando:
- I - nenhum concorrente o tenha completado; ou
 - II - os que o tenham completado estejam impedidos de concorrer à promoção ou a recusarem.

§ 2.º É facultado ao Auditor de Finanças do Estado recusar promoção, hipótese em que só concorrerá novamente a promoção após o decurso de 6 (seis) meses, a contar da data da recusa.

Art. 56. O merecimento, para efeito de promoção, será apurado na classe e aferido objetivamente, na forma estabelecida em regulamento.

Parágrafo único. Em igualdade de condições de merecimento, o desempate será feito segundo os critérios estabelecidos para promoção por antiguidade.

Art. 57. Poderá concorrer à promoção por merecimento exclusivamente o Auditor de Finanças do Estado colocado nos dois primeiros terços da classe, por ordem de antiguidade.

Parágrafo único. Não prevalecerá a regra estabelecida no "caput", devendo ser seguida a ordem de colocação no terço restante, quando, esgotadas as consultas nos dois primeiros terços da classe, ainda restarem vagas à promoção.

Art. 58. Após deliberação do Secretário de Estado da Fazenda, o Subsecretário do Tesouro do Estado determinará a elaboração da lista dos candidatos à promoção, organizada segundo os critérios estabelecidos neste Capítulo.

Art. 59. Será tornado sem efeito, em benefício daquele a quem cabia o direito à promoção, o ato que promover o Auditor de Finanças do Estado indevidamente.

§ 1.º Não se obrigará a restituir o que a mais tiver recebido o promovido indevidamente.

§ 2.º Terá direito à diferença de vencimentos e demais vantagens o Auditor de Finanças do Estado a quem cabia a promoção.

CAPÍTULO XII
DA REMOÇÃO

Art. 60. A remoção dar-se-á a pedido do Auditor de Finanças do Estado interessado dirigido ao Subsecretário do Tesouro do Estado ou de ofício, por ato deste.

Parágrafo único. Na remoção de ofício será oportunizada manifestação ao Auditor de Finanças do Estado interessado.

CAPÍTULO XIII
DA REINTEGRAÇÃO

Art. 61. A reintegração, resultante de decisão judicial transitada em julgado, é o retorno do Auditor de Finanças do Estado demitido ao cargo, com ressarcimento dos prejuízos, limitados à totalidade dos vencimentos deixados de perceber em razão do afastamento.

Parágrafo único. O período de afastamento será computado como tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para efeitos de promoção por merecimento.

Art. 62. A reintegração será feita no cargo anteriormente ocupado:

§ 1.º Se o cargo houver sido transformado, a reintegração dar-se-á no cargo resultante da transformação.

§ 2.º Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o reintegrando ficará em disponibilidade remunerada, aguardando aproveitamento.

Art. 63. O reintegrando será submetido à inspeção médica e, se verificada sua incapacidade para o exercício do cargo, será aposentado com todos os direitos e vantagens que lhe são inerentes.

CAPÍTULO XIV
DA REVERSÃO

Art. 64. A reversão é o reingresso, na carreira, do Auditor de Finanças do Estado aposentado por invalidez, quando insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

Art. 65. Far-se-á reversão a pedido ou de ofício, em vaga na classe a que pertencia o aposentado, e dependerá:

- I - de o revertendo:
 - a) não ter idade superior a 60 (sessenta) anos, na data da protocolização do pedido ou, se de ofício, na data da publicação do respectivo ato no Diário Oficial do Estado;
 - b) preencher os requisitos previstos no inciso V do art. 26, mediante prova atualizada compreendendo o período de tempo desde sua aposentadoria;
 - c) ter aptidão física e psíquica para o exercício do cargo, comprovada por laudo médico emitido por órgão oficial de saúde do Estado;
- II - de não haver candidato aprovado em concurso, em condições de nomeação, no caso de reversão na classe inicial.

Art. 66. O Auditor de Finanças do Estado que haja revertido à atividade somente concorrerá a promoção após o cumprimento do interstício de 730 (setecentos e trinta) dias de efetivo serviço, salvo se nenhum da classe o tenha adquirido ou se todos estiverem impedidos na forma da lei, contados, o mérito e a antiguidade, a partir da data da reversão.

Art. 67. O tempo em que o Auditor de Finanças do Estado esteve aposentado será computado, na hipótese de reversão, exclusivamente para fins de nova aposentadoria.

CAPÍTULO XV
DO APROVEITAMENTO

Art. 68. Aproveitamento é o retorno ao efetivo exercício do cargo do Auditor de Finanças do Estado em disponibilidade.

§ 1.º O aproveitamento dependerá de prova de aptidão física e psíquica para o exercício do cargo, comprovada por laudo médico emitido por órgão oficial de saúde do Estado.

§ 2. Provas a incapacidade definitiva, será o Auditor de Finanças do Estado aposentado na classe do cargo anteriormente ocupado.

Art. 69. O Auditor de Finanças do Estado será obrigatoriamente aproveitado em cargo da mesma classe que anteriormente ocupava, ou superior, se promovido, ou, ainda, equivalente, se extinto ou transformado.

§ 1.º Enquanto não houver vaga, o Auditor de Finanças do Estado em disponibilidade poderá ser convocado para a prestação de serviço compatível com o cargo anteriormente ocupado.

§ 2.º Se, no prazo de 60 (sessenta) dias, o Auditor de Finanças do Estado aproveitado ou convocado não tomar posse no cargo, ou não entrar no exercício dele, será tornado sem efeito o aproveitamento ou a convocação e cassada a disponibilidade.

Art. 70. A cassação da disponibilidade será precedida de processo administrativo em que se assegure ao processado ampla defesa.